

Comissão reduz a jornada de trabalho para 44 horas

Segundo Ulysses, governadores defendem unidade do partido

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, já conversou, pessoalmente e por telefone, com todos os 22 governadores do PMDB e disse ontem que todos eles, "por unanimidade, são pela unidade do PMDB e pelo fortalecimento do partido", na atual crise envolvendo o governo e o PFL.

"Unidade" significa, no caso, o compromisso de desestimular adesões individuais ao documento divulgado pelo presidente José Sarney na última quarta-feira, com o novo programa de governo para os próximos dois anos. Significa também que a posição dos governadores sobre a proposta de "união nacional" de Sarney terá de ser aquela tirada pela Executiva do partido, na próxima quarta-feira.

Ulysses Guimarães teve ontem um longo almoço em sua casa com um grupo de aproximadamente quinze deputados de todas as tendências do partido. Foram à casa de Ulysses deputados como Luiz Henrique (SC) e Francisco Pinto (BA), da esquerda

do PMDB; deputados moderados como Cid Carvalho (MA) e Milton Reis (MG); e representantes do Centro Democrático, como o deputado Geraldo Fleming (AC).

No fim do almoço, Ulysses reafirmou que a posição do partido sobre a proposta do presidente Sarney será a decidida pela Executiva do partido, na próxima quarta-feira. "Essas reuniões têm como base a unidade do partido", disse. Segundo o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), um dos parlamentares moderados do partido, o apoio de membros do Centro Democrático do PMDB ao documento do governo não significa divisão: "uma coisa é adesão por telegrama, outra é assinatura".

Ulysses disse que reunirá todos os coordenadores das bancadas estaduais do PMDB no Congresso constituinte na próxima terça-feira — antes, portanto, da reunião da Executiva. Segundo Lucena, os governadores do PMDB possivelmente também terão uma reunião com o presidente do partido ainda na terça. Ulysses não confirmou nem desmentiu o encontro. "Os governadores se reunirão no momento oportuno".

Da Sucursal de Brasília

Por 66 votos a 23, a Comissão de Sistematização aprovou ontem a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. Foi uma vitória dos membros da "centro-direita" contra a "esquerda", que tentou aprovar, sem sucesso, uma proposta que fixava a jornada semanal em quarenta horas. A aprovação foi conseguida depois de um entendimento entre o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), centro-esquerda, e os representantes dos empresários.



O resultado provocou uma forte reação da "esquerda", que esperava votar ainda uma proposta de jornada de 42 horas semanais. Mas com a aprovação das 44 horas, essa emenda foi julgada prejudicada pelo presidente da comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Apesar de uma

longa discussão sobre normas regimentais, o presidente manteve sua decisão. Na primeira tentativa de "avançar na redução para 40 horas", a comissão rejeitou, por 51 votos a quarenta, a emenda do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), centro-esquerda.

A pedido de Scalco, o deputado José Serra (PMDB-SP), centro-esquerda, discursou a favor da emenda propondo 44 horas, encabeçada pelos deputados José Maria Eymael (PDC-SP), direita, e Gastone Righi (PTB-SP), centro-direita. "A emenda representava um avanço, uma conquista", disse Serra, acrescentando que o movimento sindical será responsável, futuramente, por uma redução maior na jornada de trabalho. Serra e outros constituintes do PMDB entendiam que a nova Constituição não deveria fixar a duração semanal ou diária da jornada de trabalho, mas em busca de um entendimento com a "direita" aceitaram 44 horas.

Inconformados com a derrota da proposta que estabelecia 40 horas, os membros do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB con-

testaram a coerência de Scalco. Durante mais de vinte minutos, os peemedebistas trocaram acusações, mas o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) acusou os membros da comissão de estarem aprovando propostas demagógicas.

A "esquerda" não tinha esperança, entretanto, de aprovar a jornada de 42 horas semanais. Antes de votar a emenda que estabeleceu 44 horas, o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), centro-esquerda, tentou conseguir preferência, na ordem de votação, para votar a emenda das 42 horas. Foi derrotado pelos votos da "direita" e dos "moderados" do PMDB, como Scalco e Pimenta.

Durante as duas sessões de ontem, a Comissão de Sistematização aprovou o pagamento de décimo-terceiro salário integral para os aposentados; a fixação do seguro-desemprego; o salário-mínimo unificado nacionalmente; participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, desvinculada da remuneração e na gestão da empresa e fixação do fundo de garantia proporcional ao tempo de serviço.

O que foi aprovado

- Capítulo II
Dos Direitos Sociais
- Art. 6º
Aprovado antemem:
II — seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
III — fundo de garantia do tempo de serviço;
IV — salário mínimo nacionalmente unificado capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;
Aprovado ontem:
V — irredutibilidade de remuneração ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou em acordo coletivo;
VI — garantia de salário fixo, nunca inferior ao mínimo, além da remuneração variável quando esta ocorrer;
VII — gratificação natalina, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano ou no valor da aposentadoria do mês;
VIII — salário de trabalho noturno superior ao diurno;
IX — participação nos lucros desvinculados da remuneração e na gestão da empresa conforme definido em lei ou em negociação coletiva;
X — salário-família aos dependentes nos termos da lei;
XI — duração máxima do trabalho normal semanal de 44 horas e jornada diária não superior a oito horas;

A instável estabilidade constitucional

WALTER CENEVIVA
Da equipe de articulistas da Folha

O último texto produzido pela Constituinte, quanto à estabilidade no emprego, lembra um dito antigo: "Entre mortos e feridos, salvaram-se todos." Não consigo imaginar nada mais instável do que a suposta estabilidade do art. 6º do projeto em exame, que, tentando satisfazer todas as correntes de pressão, terminou por não atender a qualquer delas. A futura Constituição garantirá o emprego apenas contra a despedida imotivada. Antes de discutir os incisos incluídos na Carta, lembro que é

absurdo ver tais pormenores em nível constitucional. Contudo, feita a opção pelos constituintes, concluo que perderam uma boa oportunidade para acertar, como se verifica das alternativas que introduziram.

Nos contratos a termo (a prazo certo) a estabilidade é inerente. Nos casos de falta grave, a estabilidade não é nem deve ser assegurada. A justa causa proposta sofre limitações estranhas (fato econômico intransponível, tecnológico, infortúnio na empresa, conforme vier a ser fixado em lei).

Por enquanto, não há as leis — que

darão os limites da aplicação constitucional —, mas é fácil determinar que a estabilidade, agora aprovada, ficou próxima do que hoje existe. Só será impedida a demissão imotivada, que hoje se admite, incluída entre os poderes de comando da empresa, mas obriga a indenizar ou autoriza o levantamento do Fundo de Garantia.

Passou despercebido um dos elementos inerentes ao conceito da estabilidade, que é o do tempo no serviço. Antes do Fundo de Garantia, havia estabilidade (efetiva) em dez anos de trabalho contínuo para a mesma empresa. A proposta atual vem desligada do tempo de casa, e,

portanto, desconsidera os vínculos que se estabelecem ao longo dos anos. Antecipa algum direito de modo tímido, mas desconsidera o instituto antigo, de estabilidade ao fim de um decênio, e não cria algo da mesma espécie.

O assunto terminou resolvido sem a seriedade que seria de esperar. A estabilidade plena, imediata, era contrária ao interesse nacional e aos dos próprios trabalhadores. A "estabilidade" aprovada vem em texto mal escrito, incompleto e que certamente gerará mais dúvidas do que certezas. Nem mesmo pode ser chamada de estabilidade.

Documento é 'compatível' com idéias do PMDB, diz Moreira

Da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Wellington Moreira Franco, 42, afirmou ontem em entrevista coletiva, às 13h, que o documento-compromisso apresentado pelo presidente José Sarney é "absolutamente compatível com as propostas de modernização e de mudanças econômicas e sociais que o PMDB defende". Segundo Moreira, os parlamentares que já assinaram o texto agiram com "açodamento", pois "não se trata de assiná-lo ou não e sim de apoiá-lo ou não apoiá-lo, decisão que será tomada pelo PMDB" — nas reuniões da Executiva Nacional do partido, quarta-feira, em Brasília, e dos 22 governadores, adiada ontem de quinta-feira (dia 15) para o sábado (dia 17) no Rio.

Ao afirmar que considera o texto de Sarney "compatível" com o programa do PMDB, Moreira fez a ressalva de que se tratava de sua "posição pessoal". Os líderes do PMDB no Congresso constituinte, Euclides Scalco, na Câmara, Luiz Henrique da Silveira, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, definem o documento de Sarney como inaceitável. O presidente do partido e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, entende que "trechos do documento" reproduzem o programa do PMDB. A questão de assinar ou não assinar o documento "é uma discussão menor e irrelevante", no entender de Moreira.



O governador Moreira Franco

Moreira confirmou que "o problema criado com a apresentação do documento" de Sarney será discutido na reunião dos governadores, no Palácio Laranjeiras (na zona sul carioca), embora ela tenha sido marcada bem antes disso. Informou também que o encontro dos governadores buscará um consenso sobre a conveniência de se manter como está o texto sobre reforma tributária constante do substitutivo de Constituição e, por sugestão do governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, discutirá ainda o projeto de legislação sobre informática, "que não está sendo tratado corretamente na Constituinte".

PDS e PTB não assumem compromisso com o governo

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney iniciou, na quinta-feira à noite, seus contatos com os partidos fora da Aliança Democrática, na tentativa de recompor sua base de apoio no Congresso. Sarney conversou com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), e com o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), mas não obteve deles qualquer compromisso de integrar o governo.

As 22h da última quinta-feira, Jarbas Passarinho relatou a conversa que manteve com Sarney, a convite deste, no Palácio da Alvorada: "Disse a ele que há muitas dificuldades de o PDS apoiar o governo". Segundo Passarinho, que comanda uma bancada de 37 parlamentares no Congresso constituinte, as divisões dentro do PDS impedem qualquer gesto de aproximação com o governo antes de um longo processo de discussão interna.

Com um sorriso, Passarinho comentou: "Meu ceticismo continua". Ele já havia feito um comentário semelhante na tarde de quinta-feira, antes de ser informado do convite de Sarney para ir, horas depois, ao Palácio da Alvorada. O presidente, numa conversa de uma hora, das 21h às 22h, expôs sua tese de um governo de "união nacional" para substituir a extinta Aliança Democrática.

O senador, entretanto, não tem pressa de submeter o convite do presidente à bancada e à Executiva do partido. Ele irá convocar a Executiva pedesista só depois da



O senador Jarbas Passarinho

reunião da Executiva do PMDB, marcada para quarta-feira. Disse apenas que a reunião do PDS "será antes da convenção do PFL", prevista para início de novembro.

Com o PTB

Com o líder do PTB, a conversa foi nos mesmos termos. Segundo Righi, o presidente disse que pretende formar "um novo governo" e, para isso, quer "contar com a participação do PTB". Ainda segundo Righi, Sarney irá "modificar a maioria do ministério" sem esperar pela posição oficial do PMDB e do PFL a respeito de seu programa divulgado na quarta-feira. "Não vou esperar ninguém, não tolerarei protelações", disse o presidente ao deputado.

"Febre" de reuniões e conchavos agita Brasília

Uma sucessão de reuniões agitou o mundo político de Brasília, ontem, cada uma delas procurando anular o objetivo das outras. Articuladores políticos do Palácio do Planalto e o "Centro Democrático" do PMDB tentaram conseguir adesões ao documento "Democracia e Desenvolvimento" que o presidente José Sarney divulgou na quarta-feira, enquanto os líderes do PMDB, com o deputado Ulysses Guimarães (SP) à frente, tentavam protelar qualquer decisão, sem prejudicar a unidade partidária.

A primeira reunião foi logo cedo, pela manhã, com o presidente Sarney, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o

deputado Prisco Viana (PMDB-BA). A reunião foi para avaliar as adesões ao novo pacto político proposto pelo presidente, que já chegariam a cem, segundo os articuladores do governo. Na hora do almoço, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, do PFL, reuniu 21 parlamentares de quatro partidos (PMDB, PDS, PFL e PTB), obtendo de todos eles um compromisso de apoio ao presidente em sua tentativa de recomposição da base partidária do governo. Na mesma hora, o ministro do Interior, João Alves, do PFL, se reuniu com a bancada de seu partido no Sergipe com o mesmo objetivo. Também na hora do almoço, Ulysses reuniu, em sua casa, cerca de quinze parlamentares.

O VOTO DOS CONSTITUINTES NA SISTEMATIZAÇÃO

Constituintes	40 horas semanais	44 horas semanais	Constituintes	40 horas semanais	44 horas semanais			
PMDB								
Abigail Feitosa (BA)	*	●	Afonso Arinos (RJ)	*	●			
Ademir Andrade (PA)	*	●	Alceni Guerra (PR)	●	*			
Alfredo Campos (MG)	●	○	Aloysio Chaves (PA)	○	○			
Almir Gabriel (BA)	*	*	Antonio Carlos M. Thame (SP)	●	*			
Aluizio Campos (PB)	○	○	Araldo Prieto (RS)	○	*			
Artur da Távola (RJ)	●	*	Carlos Chiarelli (RS)	○	○			
Bernardo Cabral (AM)	●	*	Cristóvam Chiaradia (MG)	○	○			
Carlos Mosconi (MG)	○	*	Edme Tavares (PB)	○	*			
Carlos Sant'Anna (BA)	●	*	Eraldo Tinoco (BA)	○	*			
Celso Dourado (BA)	●	*	Francisco Benjamin (BA)	○	○			
Cid Carvalho (MA)	○	○	Francisco Dornelles (RJ)	○	○			
Cristina Tavares (PE)	*	●	Incência de Oliveira (PE)	○	*			
Egídio Ferreira Lima (PE)	○	*	José Jorge (PE)	○	*			
Fernando Bezerra Coelho (PE)	●	*	José Lins (CE)	○	*			
Fernando Gusparian (SP)	○	○	José Santana (MG)	○	*			
Fernando Henrique Cardoso (SP)	●	*	José Thomaz Nonô (AL)	○	*			
Fernando Lyra (PE)	○	*	Luiz Eduardo Magalhães (BA)	○	*			
Francisco Pinto (BA)	○	●	Marcondes Gadelha (PB)	○	○			
Haroldo Sabóia (MA)	*	●	Mário Assad (MG)	●	*			
Ibsen Pinheiro (RS)	○	○	Oscar Corrêa (MG)	○	○			
João Calmon (ES)	○	*	Oswaldo Coelho (PE)	●	*			
João Herrmann (SP)	*	*	Paulo Pimentel (PR)	●	*			
José Fogaça (RS)	○	○	Ricardo Fiuzo (PE)	●	*			
José Freire (GO)	○	○	Sandra Cavalcanti (RJ)	●	*			
José Geraldo Ribeiro (MG)	○	○	S Hugo Napoleão (PI)	●	*			
José Ignácio Ferreira (ES)	○	○	S Jonas Pinheiro (MT)	●	*			
José Paulo Bisol (RS)	*	●	S José Laurencio (BA)	●	*			
José Richa (PR)	●	○	S José Tinoco (PE)	●	*			
José Serra (SP)	●	*	S Mozarildo Cavalcanti (RR)	●	*			
José Ulisses de Oliveira (MG)	*	*	S Poes Landim (PI)	●	*			
Manoel Moreira (SP)	○	○	S Ricardo Izar (SP)	●	*			
Mário Lima (BA)	*	*	PDS					
Milton Reis (MG)	○	○	Antônio Carlos Konder Reis (SC)	●	*			
Nélson Carneiro (RJ)	*	*	Darcy Pozza (RS)	●	*			
Nélson Jobim (RS)	●	*	Gérson Peres (PA)	○	○			
Nelson Friedrich (PR)	*	●	Jarbas Passarinho (PA)	●	*			
Nilson Gibson (PE)	○	*	José Luiz Maia (PI)	●	*			
Oswaldo Lima Filho (PE)	*	●	Virgílio Távora (CE)	●	*			
Paulo Ramos (RJ)	*	●	S Bonifácio de Andrada (MG)	●	*			
Pimenta da Veiga (MG)	●	*	PDT					
Prisco Viana (BA)	●	*	Brandão Monteiro (RJ)	*	●			
Raimundo Bezerra (CE)	○	○	José Maurício (RJ)	○	○			
Renato Viana (SC)	●	*	Lysnéas Maciel (RJ)	*	□			
Rodrigues Palma (MT)	*	*	S Bocayuva Cunha (RJ)	*	●			
Severo Gomes (SP)	○	○	PT					
Sigmaringa Seixas (DF)	*	●	Luiz Inácio Lula da Silva (SP)	*	●			
Theodoro Mendes (SP)	○	○	Plínio de Arruda Sampaio (SP)	*	●			
Virgildário de Senna (BA)	●	*	PTB					
Wilson Martins (MS)	○	○	Francisco Rossi (SP)	*	*			
S Aécio Neves (MG)	*	*	Gastone Righi (SP)	*	*			
S Albano Franco (SE)	*	*	Joaquim Beviláqua (SP)	*	*			
S Antonio Mariz (PB)	*	*	PSB					
S Euclides Scalco (PR)	●	*	Jamil Haddad (RJ)	*	○			
S Israel Pinheiro (MG)	●	*	S Beth Azize (AC)	*	●			
S João Agripino (PB)	*	*	PCB					
S João Natal (GO)	*	●	Roberto Freire (PE)	○	○			
S José Costa (MA)	*	*	S Augusto Carvalho (DF)	*	●			
S Marcos Lima (BA)	●	*	PDC					
S Miro Teixeira (RJ)	*	*	Siqueira Campos (GO)	○	○			
S Nelson Wedekin (SC)	*	*	S José Maria Eymael (SP)	*	*			
S Octávio Elísio (MG)	*	*	Legenda: * a favor; ● contra; □ abstenção; ○ ausência e S para suplentes					
S Roberto Brant (MG)	●	*	As votações são nominais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. A votação segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapasse 47 votos (maioria absoluta dos membros).					
S Rose de Freitas (ES)	*	●	PC do B					
S Uldurico Pinto (BA)	*	●	Haroldo Lima (BA)	*	●			
S Vicente Bogo (RS)	*	●						
S Vilson Souza (SC)	*	●						
S Ziza Valadões (MG)	●	●						
PMB								
Antônio Farias (PE)	○	○						
PL								
Adolpho de Oliveira (RJ)	●	*						